

A transição energética está no centro de disputas econômicas, geopolíticas e eleitorais. No Brasil, embora não haja uma síntese consolidada dos programas de governo especificamente sobre o tema, as análises reunidas nesta edição mostram que Lula e Flávio Bolsonaro apresentam propostas que se aproximam em vários pontos. A diferença mais relevante está menos no que fazer do que em quem fará: enquanto Flávio aposta em uma abordagem mais privatista e na atração de investimentos, Lula defende maior protagonismo do Estado, especialmente por meio da Petrobras. Entre os pontos de maior contraste estão o apoio de Flávio ao fracking e a defesa, por Lula, do beneficiamento e da agregação de valor aos minerais no país.

As diferenças também aparecem na agenda socioambiental. A proposta de acelerar a exploração mineral e a tradição dos governos Bolsonaro de questionamento ao licenciamento ambiental e aos direitos territoriais levantam preocupações sobre a proteção de territórios indígenas e quilombolas e sobre os mecanismos de controle ambiental. Já a agenda de Lula mantém maior presença estatal, mas também apresenta limites e poucas diferenças substantivas em relação ao campo conservador em alguns temas.

Nesta edição, também acompanhamos alguns dos movimentos que ajudam a desenhar esse cenário. A expansão dos projetos de mineração e das baterias, o avanço acelerado dos veículos elétricos e da energia solar, a disputa geopolítica pelas terras raras brasileiras e a crescente demanda por eletricidade mostram oportunidades e novas pressões.

Ao mesmo tempo, o mundo ainda precisa acelerar a expansão das renováveis e reduzir sua dependência dos combustíveis fósseis, em um contexto de conflitos, alta volatilidade do petróleo e ultrapassagem de limites planetários. É nesse cenário que a Justiça na Transição Energética se torna cada vez mais necessária: não apenas para discutir quais tecnologias serão adotadas, mas quem controla os recursos, quem toma as decisões e quem arca com os custos dessa transformação. E com esta pergunta o projeto lança um podcast para debater estas questões.



Justiça na Transição Energética: novo podcast debate os caminhos para uma transição justa e democrática

A transição energética é fundamental para enfrentar a crise climática. Mas mudar as fontes de energia não significa, por si só, construir uma transição justa. A expansão das energias renováveis, da mineração e de novas cadeias produtivas também transforma territórios, relações de trabalho e estruturas econômicas. E traz perguntas que precisam estar no centro do debate: quem se beneficia dessa transformação? Quem assume seus custos? E como garantir direitos e participação social nas decisões sobre o futuro energético? Para discutir essas questões, o Inesc, em parceria com o grupo de estudos PoEMAS da Universidade Federal de Juiz de Fora, lança o podcast Justiça na Transição Energética.

Para a primeira temporada, serão oito episódios que abordam diferentes dimensões dessa transformação: geopolítica, tarifas de energia, financiamento climático, mundo do trabalho, cartografia social, litigância climática e hidrogênio de baixo carbono. A série reúne pesquisadores e especialistas para discutir não apenas tecnologias e novas fontes de energia, mas também os conflitos, impactos e relações de poder que acompanham a transição energética no Brasil.

A pergunta que atravessa os episódios é direta: como construir uma transição energética ambientalmente sustentável, socialmente justa e democraticamente construída? Ouça o podcast Justiça na Transição Energética lançado em 07 de outubro e acompanhe esse debate semanalmente, todas quartas-feiras.

Eleições colocam diferentes projetos de política energética em disputa

A política energética ganhou espaço no debate eleitoral, com diferenças nas propostas de Lula e Flávio Bolsonaro para setores como eletricidade, gás, petróleo e minerais estratégicos. **O Poder360** destacou a reação do mercado financeiro após o primeiro turno, com alta nas ações de empresas de energia diante da liderança de Flávio Bolsonaro. Segundo a reportagem, o programa do candidato prevê maior participação privada no setor, abertura do mercado de gás, simplificação do licenciamento ambiental e exploração de gás por faturamento hidráulico, uma tecnologia de impacto ainda maior do que as



convencionalmente usadas, além de investimentos em transmissão, armazenamento e biocombustíveis.

A **CartaCapital**, em análise do Ineep, e o **Canal Solar** apontam diferenças entre as propostas dos dois candidatos para o setor elétrico. Enquanto Flávio defende redução de encargos e impostos, simplificação regulatória e atração de investimentos privados, Lula associa a transição energética ao planejamento de longo prazo, à atuação da Petrobras e à combinação de investimentos públicos e privados. No caso da mineração , o **IHU**, a partir de análise da InfoAmazonia, destaca outra diferença: Lula enfatiza soberania e industrialização nacional, enquanto Flávio propõe acelerar o licenciamento e ampliar a atração de capital estrangeiro.

Em artigo publicado na *Revista Terceiro Incluído,* em agosto, o pesquisador Bruno Milanez previu o tom do debate atual das eleições brasileiras ao analisar a relação entre três processos que vêm ganhando força no cenário internacional: a nova corrida armamentista, o aumento da demanda por minerais e a ascensão de governos e movimentos de ultradireita. Segundo o autor, a expansão da produção de armamentos e a recomposição dos estoques militares criam uma demanda crescente por minerais, aproximando as forças armadas do setor extrativo. A disputa por recursos minerais, portanto, passa a ocupar um lugar ainda mais estratégico nas relações internacionais.

Na América Latina, esse movimento pode aumentar o interesse de países consumidores pelo controle das reservas minerais da região, inclusive com maior participação dos governos nas atividades extrativas. Milanez alerta para os possíveis efeitos desse processo: maior opacidade nas cadeias de mineração e metalurgia, intensificação da degradação ambiental e aumento dos riscos de violações de direitos humanos. No caso brasileiro, a análise ganha relevância diante da crescente centralidade dos chamados minerais críticos e estratégicos e da disputa geopolítica em torno desses recursos. O artigo chama atenção, assim, para a necessidade de observar a agenda mineral não apenas pelo prisma da transição energética ou do desenvolvimento econômico, mas também por suas relações com a militarização, os conflitos internacionais e as transformações políticas em curso.

Câmara aprova incentivos fiscais para *data centers*

A Câmara dos Deputados aprovou o projeto que cria o Regime Especial de Tributação para Serviços de Data Center (Redata), com incentivos fiscais para empresas que instalarem ou



ampliarem centros de processamento de dados no Brasil. Segundo *Capital Reset*, *Metrópoles* e *MegaWhat*, o texto prevê suspensão de tributos federais por cinco anos e estabelece contrapartidas para as empresas, como o uso de energia limpa ou renovável, investimento de 2% do valor dos equipamentos beneficiados em pesquisa e desenvolvimento no Brasil e a destinação de ao menos 10% da capacidade de processamento ao mercado nacional. O impacto fiscal estimado é de cerca de R$ 7,25 bilhões entre 2026 e 2028.

Brasil cria incentivos para os chamados “minerais críticos” e flexibiliza pesquisa mineral

O governo sancionou, em setembro, a lei que cria incentivos para a exploração e o crescimento da mineração no Brasil. Segundo *O Globo*, a medida prevê cerca de R$ 5 bilhões em subsídios e, em teoria, daria ao governo instrumentos para definir condições de participação de empresas estrangeiras no setor. O provável efeito da política, porém, será apenas estimular o atual modelo de mineração do país, baseado na abertura de grandes minas para exportação de bens minerais com baixa agregação de valor..

Ao mesmo tempo, o governo definiu regras para dispensar o licenciamento ambiental em determinadas atividades de pesquisa mineral, segundo a *Folha de S.Paulo*. A medida abre uma discussão sobre como acelerar a exploração de minerais estratégicos sem reduzir as salvaguardas ambientais associadas à atividade minerária.

Governo Federal propõe ampliar produção nacional de baterias

O governo federal colocou em consulta pública uma proposta para estabelecer regras de conteúdo nacional para baterias destinadas a sistemas de armazenamento de energia, veículos elétricos e armazenamento distribuído. Segundo a *MegaWhat*, o modelo prevê uma elevação gradual das etapas de produção realizadas no Brasil: a exigência passa de cerca de 26% entre 2026 e 2027 para 40% em 2028 e 2029 e chega a 61% a partir de 2030. A fabricação das células no país é a etapa de maior peso na pontuação.

A proposta também considera investimentos em pesquisa, desenvolvimento e inovação e o desenvolvimento nacional de sistemas de gerenciamento das baterias. A medida faz parte



da estratégia de ampliar a indústria brasileira de equipamentos para armazenamento de energia, uma tecnologia importante para integrar fontes renováveis e dar mais flexibilidade ao sistema elétrico.

Eletromobilidade avança e pressiona por adaptação da rede elétrica

O mercado de veículos eletrificados acelerou no Brasil: em agosto, foram 57,4 mil emplacamentos, alta de 184% em relação ao mesmo mês de 2025. Segundo a Associação Brasileira do Veículo Elétrico (ABVE), a frota em circulação chegou a 950 mil unidades e poderia alcançar a marca de 1 milhão ainda em setembro. No acumulado de janeiro a agosto, foram 328,5 mil eletrificados vendidos, 160,5% acima do mesmo período do ano anterior.

O avanço do mercado, porém, aumenta a demanda por infraestrutura. A Aneel prevê editar ainda em 2026 uma norma nacional para aprimorar a conexão de veículos elétricos às redes de distribuição. Segundo o *Diário do Transporte*, a regulamentação busca enfrentar gargalos como a necessidade de reforço das redes, transformadores e carregadores para grandes frotas. A agência também abriu consulta pública para modernizar as regras de conexão de veículos elétricos, baterias e geração distribuída.

Veículos elétricos e híbridos podem representar 31% da frota brasileira em 2035, segundo projeção do Bradesco BBI publicada pela *CNN Brasil*. A participação, que hoje é de cerca de 3% dos 36,5 milhões de veículos em circulação, chegaria a 10% em 2029 e 20% em 2032. O avanço da eletrificação também deve reduzir o consumo de gasolina e etanol, de 62,8 bilhões de litros em 2026 para 50,7 bilhões em 2035, uma queda de aproximadamente 20%. A mudança terá efeitos sobre a demanda de energia e a infraestrutura: com uma frota estimada em 11,8 milhões de eletrificados em 2035, o consumo de eletricidade para recarga poderá chegar a 13,5 TWh, cerca de 21 vezes o nível atual. A *CNN Brasil* destaca ainda possíveis impactos sobre a cadeia de combustíveis e a arrecadação tributária associada aos derivados de petróleo.

Assim, o Brasil erra novamente em apostar sua política no transporte individual, cujos efeitos danosos são sentidos na perda de mobilidade em todas as cidades brasileiras. Por exemplo, de acordo com o AutoData, São Paulo, uma das cidades que tem liderado a adoção de ônibus elétricos, ainda não conseguiu atingir a meta estipulada para 2024.



Solar ultrapassa carvão em capacidade instalada na China

A capacidade de geração solar da China superou pela primeira vez a das usinas a carvão. Segundo a *Folha de S.Paulo*, as usinas solares alcançaram 1.288 GW em julho, ante 1.285 GW de capacidade a carvão. O avanço, porém, ainda não se traduz na mesma proporção em geração: no primeiro semestre, solar e eólica responderam juntas por 24,6% da geração elétrica chinesa, enquanto o carvão ainda representou 49,7%. A marca reforça a velocidade da expansão renovável chinesa. Em março de 2025, a capacidade combinada de solar e eólica já havia ultrapassado a capacidade das usinas a carvão no país.

A relação entre mineradoras brasileiras e a cadeia de suprimentos da indústria militar dos EUA se aprofunda

Na última edição da Newsletter mencionamos o artigo da A pública que mostra os interesses do Departamento de Defesa (DoD) dos EUA no projeto de terras raras da Mineração Serra Verde em Goiás. Mais recentemente, uma nova matéria da Repórter Brasil mostrou como o estanho retirado por uma empresa ligada à mineração ilegal em Terras Indígenas no Brasil abastece empresas que fornecem material para fabricante de sistemas militares, como radares e mísseis de alta precisão nos EUA.

Além disso, a Jervois, que possui uma refinaria de níquel e cobalto em São Paulo e está na lista de projetos apoiados pela Lei de Minerais Críticos da União Europeia, também possui uma mina nos EUA que recebeu apoio do DoD. Outro exemplo é o caso da australiana Meteoric, com projeto de Terras Raras em Caldas (MG), que foi comprada pela Lynas Rare Earths. A filial da Lynas nos EUA também recebeu apoio do DoD.

Uma das coisas que a Serra Verde, a Jervois e a Meteoric têm em comum, além do interesse do DoD, é que as três fazem parte da Plataforma Brasil de Investimentos Climáticos e para a Transformação Ecológica, operacionada pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Ou seja, existe grande risco de o banco estar captando recursos para subsidiar empresas que vão abastecer a indústria da guerra nos EUA.



ONU defende transição dos combustíveis fósseis com justiça

Na abertura do Debate Geral da 81ª sessão da Assembleia Geral da ONU, em 22 de setembro, o secretário-geral António Guterres defendeu que os governos adotem planos nacionais, com cronogramas claros, para a transição para longe dos combustíveis fósseis, alinhados à meta de 1,5°C. Segundo ele, o processo deve proteger trabalhadores e comunidades afetadas e avançar junto com ações de adaptação e financiamento climático. Guterres também alertou que a exploração de minerais críticos não pode reproduzir desigualdades do passado e defendeu que países produtores e comunidades afetadas recebam uma parcela maior do valor gerado por seus recursos naturais.

Eletrificação entra em uma nova era, aponta IEA

O mundo entrou, segundo a Agência Internacional de Energia (IEA), em uma “Era da Eletricidade”. Relatório publicado em 22 de setembro mostra que a demanda por eletricidade cresceu mais de duas vezes mais rápido que o consumo total de energia entre 2015 e 2025, impulsionada por veículos elétricos, ar-condicionado, bombas de calor, indústria, data centers e inteligência artificial. A eletrificação já representa cerca de 23% do consumo final de energia e pode avançar ainda mais: segundo o cenário de alta eletrificação da IEA, chegaria a 35% até 2035.

O estudo destaca que a eletrificação pode reduzir a dependência de combustíveis fósseis e as emissões, mas exige grandes investimentos em infraestrutura, acesso a financiamento e expansão da geração de eletricidade de baixa emissão. Também chama atenção para os riscos de concentração e gargalos no fornecimento de minerais críticos.

Conflito no Oriente Médio derruba previsão de demanda por petróleo

A Agência Internacional de Energia (IEA) revisou para baixo sua projeção para o mercado de petróleo em 2026. Segundo o *Oil Market Report* de setembro, a demanda global deve cair 2,5 milhões de barris por dia (mb/d) neste ano, 940 mil barris por dia a mais do que a queda estimada no relatório anterior. A oferta também deve recuar, para uma média de 100,7 mb/d, 5,7 mb/d abaixo de 2025. A IEA atribui as revisões principalmente às interrupções provocadas pelo conflito no Oriente Médio, à alta dos preços dos combustíveis e à redução da disponibilidade de derivados.



A pressão sobre o mercado aparece também nos estoques: as reservas globais observadas caíram 507 milhões de barris desde fevereiro, enquanto o preço médio do petróleo Brent do Mar do Norte chegou a US$ 91 por barril em agosto. Para 2027, a IEA projeta recuperação de 2,6 mb/d na demanda e de 8 mb/d na produção, caso as condições de oferta se normalizem.

Sete dos nove limites planetários já foram ultrapassados

A nova edição do *Planetary Health Check*, produzido pelo Planetary Boundaries Science, do Instituto Potsdam para Pesquisa do Impacto Climático (PIK), aponta que sete dos nove limites planetários já foram transgredidos. O relatório acompanha processos que regulam a estabilidade e a capacidade de sustentação da Terra, como mudança climática, integridade da biosfera, uso da terra, água doce, fluxos biogeoquímicos, acidificação dos oceanos e poluição. A edição de 2026 destaca ainda o papel dos sumidouros de carbono e das chamadas novas entidades, como substâncias químicas produzidas pela atividade humana. O conceito de limites planetários estabelece um espaço operacional seguro para a humanidade. Segundo o relatório, ultrapassá-los aumenta os riscos de danos irreversíveis e enfraquece a resiliência dos sistemas que sustentam a vida.

Esta newsletter foi elaborada a partir de notícias publicadas entre 1º e 30 de setembro de 2026. Em alguns casos, análises e informações divulgadas na primeira semana de outubro foram incorporadas pela curadoria à edição final, com o objetivo de aprofundar a contextualização e a análise de conjuntura.